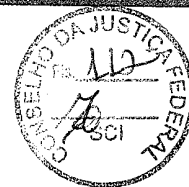




CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



**Relatório**  
**de**  
**Auditoria de Gestão**

**Processo de Tomada de Contas  
2009**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**PROCESSO DE CONTAS INDIVIDUAL**  
**TOMADA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO 2009**

**TIPO DE AUDITORIA:** *AVALIAÇÃO DE GESTÃO*  
**UNIDADE GESTORA:** *SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL*  
**CÓDIGO DA UG/SIAFI:** *090026*

**RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO**

**Introdução**

O presente Relatório de Auditoria de Gestão trata dos exames realizados sobre os atos e conseqüentes fatos da gestão, praticados no período de 01.01.2009 a 31.12.2009, sob a responsabilidade dos dirigentes da unidade em questão, os quais desempenharam as atribuições relativas às naturezas de responsabilidade especificadas no art. 10 da Instrução Normativa nº 57/2008 do Tribunal de Contas da União - TCU, em cumprimento ao que determina o art. 70, parágrafo único da Constituição Federal - CF/88, e nos incisos III do art. 9º e inciso II do art. 50, da Lei nº 8.443/92 – Lei Orgânica do TCU, art. 8º, inciso XXII, Resolução CJF nº 42/2008, que trata do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal - CJF, Instrução Normativa TCU nº 57/2008 e Decisões Normativas TCU nº 100, 102/2008 e 103/2010.

O Conselho da Justiça Federal no cumprimento de sua função prevista no art. 105, parágrafo único, inciso II, da CF/88, na Lei nº 11.798, de



29/10/2008, e no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CJF nº 42/2008, funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, com atuação em todo o território nacional, cabendo-lhe a supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correccionais, cujas decisões têm caráter vinculante.

Este relatório constitui-se das peças básicas a que se referem os Itens nº 7 e 8 do Anexo III e Itens 1 a 15 do Anexo IV, ambos da Decisão Normativa TCU nº 102/2009.

A unidade teve o acompanhamento sistemático, no decorrer do respectivo exercício, por intermédio da Secretaria de Controle Interno, quanto à execução orçamentária e financeira, lançamentos contábeis e demais atos administrativos, os quais foram confrontados com os princípios da administração pública, com a legislação específica e demais normas regulamentares.

Segue o detalhamento das peças que compõem o presente Relatório de Auditoria de Gestão.



**1 - Avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos e metas (físicas e financeiras) planejados e/ou pactuados, apontando as causas que prejudicaram o desempenho da ação administrativa, e as providências adotadas, conforme as informações abaixo:**

- Programas de governo ou programa de trabalho da unidade jurisdicionada

1. Programa/Ação Administrativa
2. Objetivos gerais e específicos
3. Metas previstas (unidade)
4. Resultados alcançados
5. Avaliação crítica dos resultados alcançados e do desempenho da unidade jurisdicionada

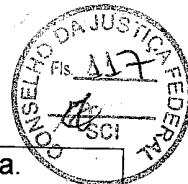
Os créditos consignados ao Conselho da Justiça Federal no orçamento, aprovado pela Lei nº 11.647/2008, foram distribuídos em dois programas: **0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal e 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União**, descritos a seguir:

### **0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**

<b>Tipo de Ação</b>	<b>Ação/Projeto</b>	<b>Objetivo Geral (Finalidade da Ação)*</b>	<b>Objetivo Específico (Descrição da Ação)*</b>
Atividade	2003 – Ações de Informática	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para a manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática, aquisição de materiais de consumo na área de informática e <i>softwares</i> .



Atividade	2004 – Assistência Médica e Odontológica	Proporcionar aos servidores, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.	Concessão do benefício de assistência médico - hospitalar e odontológica aos servidores ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Atividade	2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento dos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Atividade	2011 – Auxílio- Transporte aos Servidores	Proporcionar aos servidores o recebimento de auxílio-transporte, conforme legislação específica.	Trata-se de atendimento à Medida Provisória n. 2.165-36, de 23/08/2001 (originariamente MP n. 1.783/1998), regulamentada no âmbito do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus pela Resolução CJF n. 004, de 14/03/2008, concedendo a vantagem do auxílio-transporte, em pecúnia, em caráter indenizatório ao servidor, permitindo, assim, o auxílio no custeio das despesas com deslocamentos da residência aos locais de trabalho.
Atividade	2012 – Auxílio- Alimentação aos Servidores	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor.	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97.
Atividade	2058 – Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à	Informar à sociedade brasileira sobre os atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça em âmbito nacional, por meio da TV Justiça.	Divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça em todo território nacional, propiciando ao cidadão conhecer e participar mais diretamente



	Justiça – TV Justiça		das ações da Justiça.
Atividade	4091 – Capacitação de Recursos Humanos da Justiça Federal	Proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza.	Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao órgão, de cursos e treinamentos, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia.
Atividade	4257 – Julgamento de Causas na Justiça Federal	Assegurar as condições necessárias para as atividades finalísticas do órgão, bem como para a manutenção e o funcionamento dos serviços do órgão e o pagamento de pessoal ativo.	Pagamento de pessoal ativo e encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento, bem como das despesas relativas à administração, informática, transporte, reparos e reformas de imóveis e demais despesas necessárias ao funcionamento do órgão.
Operação Especial	09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência Social	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887/ 2004.
Projeto	3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal	Desenvolver sistemas de integração entre os órgãos judiciários afins, bem como modernizar e agilizar os procedimentos de informação processual nas Unidades da Justiça Federal.	Desenvolvimento e implantação de sistemas de acompanhamento e controle da tramitação processual; integração de informações entre os órgãos afins; formação de banco de dados; aquisição de equipamentos, softwares, material de consumo, serviços técnicos e demais despesas afins.



Projeto	11S2 – Construção do Edifício- Sede do Conselho da Justiça Federal	Proporcionar estrutura física adequada aos servidores e demais usuários, permitindo melhor acesso aos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	Despesas com projetos arquitetônicos e complementares, construção do prédio, fiscalização e acompanhamento da obra, instalações e serviços especiais, equipamentos diversos e outras afins.
---------	--------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

\*Fonte: SIGPLAN

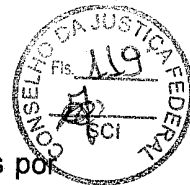
### 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tipo de Ação	Ação	Objetivo Geral (Finalidade da Ação)*	Objetivo Específico (Descrição da Ação)*
Operações Especiais	0396– Pagamento de Aposentadorias e Pensões	Garantir remuneração aos servidores civis inativos do Poder Judiciário e/ou seus pensionistas beneficiários, conforme as regras do regime previdenciário próprio.	Pagamento de aposentadorias e pensões, incluindo aposentadoria ou pensão mensal, gratificação natalina e eventuais despesas de exercícios anteriores aos servidores civis inativos do Poder Judiciário, Legislativo e ou seus pensionistas.

\*Fonte: SIGPLAN

### Dotação Autorizadas nos Programas 0569 e 0089

A dotação autorizada, após ajustes e os destaques concedidos, foi de R\$ 111.511.373,22 (cento e onze milhões, quinhentos e onze mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos). A execução foi em quase na sua totalidade, no valor de R\$108.851.468,43 (cento e oito milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e três



centavos), que representa 97,61% (noventa e sete inteiros e sessenta e seis por cento) da despesa executada. A seguir, apresentamos os quadros que demonstram a execução orçamentária, financeira e física:

### 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

2003 – Ações de Informática					
Produto: Sistemas ativos					
Meta Prevista		Resultado Alcançado			
Dotação Autorizada (R\$)	Física	Despesa Realizada (R\$)	%	Físico	%
1.107.055,57	-	1.104.642,36	100		99,78

**Avaliação:** Os recursos foram aplicados na sustentação dos sistemas existentes, suporte da infraestrutura de tecnologia e contratação de *help desk*.

2004 – Assistência Médica e Odontológica					
Produto: Pessoa beneficiada					
Meta Prevista		Resultado Alcançado			
Dotação Autorizada (R\$)	Física	Despesa Realizada (R\$)	%	Físico	%
1.207.750,00	1121	1.207.750,00	100	822,00	73,33

**Avaliação:** O resultado ficou abaixo do previsto, tendo em vista a não concretização de contratação de novos servidores.

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes					
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida					
Meta Prevista		Resultado Alcançado			
Dotação Autorizada (R\$)	Física	Despesa Realizada (R\$)	%	Físico	%
139.384,00	41	120.512,00	86,46	46	112,20%



Projeto	11S2 – Construção do Edifício- Sede do Conselho da Justiça Federal	Proporcionar estrutura física adequada aos servidores e demais usuários, permitindo melhor acesso aos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	Despesas com projetos arquitetônicos e complementares, construção do prédio, fiscalização e acompanhamento da obra, instalações e serviços especiais, equipamentos diversos e outras afins.
---------	--------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

\*Fonte: SIGPLAN

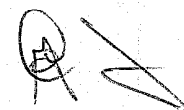
### 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tipo de Ação	Ação	Objetivo Geral (Finalidade da Ação)*	Objetivo Específico (Descrição da Ação)*
Operações Especiais	0396– Pagamento de Aposentadorias e Pensões	Garantir remuneração aos servidores civis inativos do Poder Judiciário e/ou seus pensionistas beneficiários, conforme as regras do regime previdenciário próprio.	Pagamento de aposentadorias e pensões, incluindo aposentadoria ou pensão mensal, gratificação natalina e eventuais despesas de exercícios anteriores aos servidores civis inativos do Poder Judiciário, Legislativo e ou seus pensionistas.

\*Fonte: SIGPLAN

### Dotação Autorizadas nos Programas 0569 e 0089

A dotação autorizada, após ajustes e os destaques concedidos, foi de R\$ 111.511.373,22 (cento e onze milhões, quinhentos e onze mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos). A execução foi em quase na sua totalidade, no valor de R\$108.851.468,43 (cento e oito milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e três





**Avaliação:** Apesar de constar na avaliação constante do Relatório de Gestão, fls. 58, que a meta desta ação ficou abaixo do previsto, verifica-se aumento dessa meta em relação à prevista, com a inclusão de 5 (cinco) novos beneficiários. Diante disso, o resultado alcançado superou a meta física prevista.

2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores					
Produto: Servidor beneficiado					
Meta Prevista		Resultado Alcançado			
Dotação Autorizada (R\$)	Física	Despesa Realizada (R\$)	%	Físico	%
13.061,00	10	13.061,00	100,00	6	60%

**Avaliação:** As metas financeira e física ficaram abaixo do previsto em virtude da implantação do Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário que elevou os salários dos servidores, reduzindo assim a quantidade de pessoas que fazem jus ao recebimento do benefício.

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores					
Produto: Servidor beneficiado					
Meta Prevista		Resultado Alcançado			
Dotação Autorizada (R\$)	Física	Despesa Realizada (R\$)	%	Físico	%
1.489.549,00	203	1.489.549,00	100,00%	201	99,01%

**Avaliação:** No ano de 2009 foi realizado o pagamento do auxílio-alimentação aos servidores em efetivo exercício para subsídio das despesas realizadas com alimentação, contribuindo para a promoção da qualidade de vida, que reflete diretamente na produção e excelência profissional dos servidores.

2058 – Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à Justiça – TV Justiça					
Produto: Programa veiculado (hora/ano)					
Meta Prevista		Resultado Alcançado			
Dotação	Física	Despesa	%	Físico	%



Autorizada (R\$)		Realizada (R\$)			
3.034.000,00	497	3.010.360,66	99,22	612	123,14

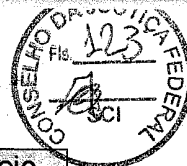
**Avaliação:** Superou a previsão em decorrência do desenvolvimento do projeto "Geração" do Planejamento Estratégico, iniciado em 2007, que teve como objetivo ampliar a difusão de programas do Centro de Produção da Justiça, por meio de parcerias com emissoras de televisão regionais. Dessa forma, com 99,22% dos recursos alocados foi possível a realização de mais 115 horas de exibição de programas televisivos, o que possibilitou uma maior divulgação dos atos do Poder Judiciário.

4091 – Capacitação de Recursos Humanos da Justiça Federal					
Produto: Servidor capacitado					
Meta Prevista		Resultado Alcançado			
Dotação	Física	Despesa	%	Físico	%
Autorizada (R\$)		Realizada (R\$)			
680.794,00	3.000	664.000,45	97,53	2634	87,80

**Avaliação:** A meta atingida ficou abaixo da prevista, tendo em vista o cancelamento de parte do crédito recebido. Contudo, foi possível realizar 87,80% da meta por intermédio da realização de cursos presenciais e *on-line*.

4257 – Julgamento de Causas na Justiça Federal					
Produto: Processo julgado					
Meta Prevista		Resultado Alcançado			
Dotação	Física	Despesa	%	Físico	%
Autorizada (R\$)		Realizada (R\$)			
48.743.792,31	-	46.409.044,64	95,21	--	

**Avaliação:** Os recursos consignados nessa atividade foram aplicados no pagamento da remuneração de servidores ativos, refletindo positivamente nos trabalhos desempenhados pelas secretarias especializadas, em tecnologia da informação, viagens e despesas com locomoção, diárias e afins, serviços técnicos e administrativos, e demais atividades meio, propiciando a atuação do Conselho da Justiça Federal na supervisão administrativa e orçamentária e na padronização dos procedimentos, buscando a integração e o aprimoramento da Justiça Federal de primeiro e segundo grau.



09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio de Previdência Social					
Produto: não há					
Meta Prevista		Resultado Alcançado			
Dotação Autorizada (R\$)	Física	Despesa Realizada (R\$)	%	Físico	%
5.190.378,00	-	5.183.696,46	99,87	-	-

**Avaliação:** Os recursos asseguraram o pagamento da contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos servidores do Conselho da Justiça Federal.

3757 – Implantação de Sistema Integração de Gestão de informação Jurisdicional na Justiça Federal					
Produto: Sistema implantado					
Meta Prevista		Resultado Alcançado			
Dotação Autorizada (R\$)	Física	Despesa Realizada (R\$)	%	Físico	%
7.533.546,34	15,63%	7.276.790,59	96,59	-	3,88

**Avaliação:** Os recursos desta atividade foram aplicados no mapeamento e redesenho de processos de trabalho da área administrativa, bem como na contratação de empresa terceirizada, com a finalidade de disponibilizar ao CJF serviços técnicos especializados para promover a gestão da infra-estrutura tecnológica, a manutenção da base instalada e dar sequência à execução dos projetos de âmbito nacional.

11S2 – Construção do Edifício-Sede do Conselho da Justiça Federal					
Produto: Sede construída com 24.660 m <sup>2</sup>					
Meta Prevista		Resultado Alcançado			
Dotação Autorizada (R\$)	Física	Despesa Realizada (R\$)	%	Físico	%
39.589.272,00	18,52%	39.589.271,28	100	-	11,59



**Avaliação:** A meta ficou abaixo do previsto em função do embargo da obra para ajuste do projeto. Além disso, o crédito suplementar foi liberado somente no final do exercício contribuindo para o retardamento da execução. Todavia, a execução em 2010, com base no valor inscrito em Restos a Pagar, propiciará o cumprimento e a superação da meta prevista no início de 2009.

### 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões					
Produto: Pessoa beneficiada					
Meta Prevista		Resultado Alcançado			
Dotação Autorizada (R\$)	Física	Despesa Realizada (R\$)	%	Físico	%
2.782.791,00	17	2.782.789,99	100	17	100%

**Avaliação:** Os recursos aplicados asseguraram a manutenção sócio-econômica a que legalmente fazem jus os servidores inativos, bem como os pensionistas do Conselho da Justiça Federal.

Neste contexto, verifica-se a efetividade das ações empreendidas nas atividades, projetos e ações especiais, o que demonstra a eficácia no alcance dos objetivos propostos na gestão orçamentária e financeira desta unidade.



**2 - Avaliação dos indicadores de gestão utilizados pelas unidades jurisdicionadas para avaliar o desempenho da gestão, quanto à utilidade e mensurabilidade.:**

**2.1. Da avaliação dos Indicadores:**

O Conselho da Justiça Federal apresentou o indicador da execução da despesa em relação à dotação autorizada, com objetivo de demonstrar a eficiência na aplicação dos recursos disponibilizados em 2009, conforme fórmula abaixo:

$$\text{ied} = \frac{\text{ed} + \text{dcp}}{\text{da}}$$

onde

- ied = indicador da execução da despesa;
- ed = execução da despesa;
- dcp = destaques e provisões concedidos;
- da = dotação autorizada.

A Dotação Autorizada da Secretaria do Conselho da Justiça Federal atingiu o montante de R\$ 111.511.373,22, e a execução da despesa, incluído o valor dos destaques e provisões concedidos, alcançou o valor de R\$ 108.851.468,43, o que representou uma utilização de 97,61 % dos recursos disponibilizados em 2009.

A despesa total executada pela Secretaria do Conselho da Justiça Federal, no exercício de 2009 (R\$ 108.851.468,43), dividida entre despesas com pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos, teve a seguinte execução:

<b>Grupo de Despesa</b>	<b>Despesa Executada (R\$)</b>	<b>(%) Em Relação ao Total Executado</b>	<b>(%) Executado em Relação ao Disponível R\$111.511.373,22</b>
Pessoal e Encargos Sociais	42.588.288,23	39,13	99,97
Outras Despesas Correntes	19.565.412,06	17,97	88,15
Investimentos	46.697.768,14	42,90	99,97
<b>Total</b>	<b>108.851.468,43</b>	<b>100%</b>	<b>97,61</b>

Inclui Restos a Pagar e Destaques/Provisões Concedidos  
Fonte: Siafi Gerencial



O gestor esclarece que no próximo exercício serão apresentados indicadores previstos na Resolução n. 96, de 30 de dezembro de 2009, à qual aprovou o Planejamento Estratégico da Justiça Federal, para o período de 2010 a 2014, e preconiza o monitoramento e revisão periódica dos programas, metas, indicadores e ações decorrentes, com o objetivo de avaliar resultados, identificar e antecipar estratégias e necessidades institucionais.

**3 - Avaliação sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, devendo contemplar os seguintes aspectos:**

Não aplica, em face da exclusão do presente item, conforme § 6º, da Decisão Normativa TCU nº 103/2010.

**4 - Avaliação da situação das transferências concedidas e recebidas mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição:**

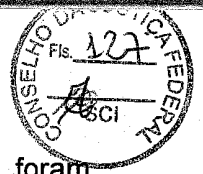
No exercício de 2009, não houve o recebimento de recursos financeiros por parte deste Conselho, mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

No exercício de 2009 houve a transferência de recursos financeiros ao Superior Tribunal de Justiça – STJ, nas ações a seguir:

**121010230105692004** – Assistência Médica e Odontológica, no valor de R\$ 1.205.680,00 – destaques referentes às despesas médicas e odontológicas dos servidores do CJF com Programa de Assistência aos Servidores – PRO-SER, decorrentes do Convênio CJF/STJ n. 02/98;

**121010206105694257** – Julgamento de Causas na Justiça Federal, no valor de R\$ 1.100.000,00 – transferência referente ao custeio das despesas com a permanência do CJF nas dependências do STJ, conforme Termo de Cooperação STJ/CJF n. 01/2005.

Handwritten signature or initials in the bottom right corner of the page.

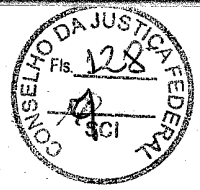


Os recursos repassados atenderam aos ditames legais e foram integralmente aplicados no objeto pactuados, sendo, inclusive, os servidores e beneficiários assistidos de forma plena e interrupta, com a respectiva preservação do direito essencial à assistência médica e odontológica.

Ressalta-se, inclusive, que nos termos preconizados nos citados instrumentos, as despesas foram objeto de controle e verificação pela unidade de controle interno do STJ.

Houve em março de 2009, o término da vigência do Convênio nº 1/2004, código SIAFI 511328, celebrado com a Universidade Federal Fluminense – UNIFLU, com o objetivo de implantação e desenvolvimento de curso de pós-graduação *lato sensu* em direito processual público para juízes federais, sem a transferência de recursos financeiro no exercício, cuja prestação de contas total foi devidamente apreciada e aprovada pelas unidades gestora e de controle interno deste órgão.





**5 – Avaliação da regularidade dos processos licitatórios, dos atos relativos à dispensa e inexigibilidade de licitação:**

O exame dos processos de aquisição de bens e serviços baseou-se no método de seleção por amostragem simples, com base nos critérios de materialidade, relevância e criticidade, que permitiu priorizar a análise de valores mais expressivos.

A análise objetivou verificar o atendimento aos princípios constitucionais da legalidade, economicidade, publicidade, eficiência e eficácia nas contratações realizadas no exercício de 2009. Observou-se a compatibilidade dos procedimentos adotados com as disposições legais contidas nas Leis nº 8.666/93 e atualizações; Lei nº 10.520/02; Lei Complementares nº 101/01 e 123/2006; Decretos nº 2.271/97; 3.555/00; 3748/01; 3.391/01; 4342/02; 4.358/02 e 5.450/05 e legislações previdenciária e tributária (federal e do Distrito Federal).

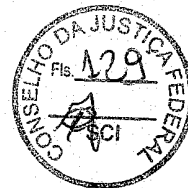
De acordo com as amostras analisadas, especificadas no Quadro Anexo I ao presente, verificou-se que as contratações de bens e serviços nas diversas modalidades licitatórias, procedimentos especiais (sistema de registro de preços), inexigibilidades e dispensas de licitações, contratos administrativos e respectivos aditamentos atenderam às determinações contidas nos dispositivos supracitados e às recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU.

**6 - Avaliação da gestão de recursos humanos, destacando, em especial, a força de trabalho existente e a observância à legislação sobre admissão, remuneração, cessão e requisição de pessoal, bem como, se for o caso, sobre concessão de aposentadoria, reforma e pensão:**

Foram encaminhados ao TCU os seguintes atos: 05 (cinco) atos de admissão, 02 (dois) de aposentadoria e 02 (dois) por posse em outro cargo inacumulável, nos termos das Instruções Normativas TCU nº 44/2002 e 55/2007, além de 01 (um) ingresso por redistribuição.

Abaixo são demonstrados os quantitativos de força de trabalho em 2009, elaborado pela Secretaria de Recursos Humanos, bem como o percentual das funções comissionadas e dos cargos em comissão (Anexo II), ocupados por

servidores integrantes das Carreiras Judiciárias da União, de acordo com os §§ 1º e 7º do art. 5º, da Lei nº 11.416, de 15/12/2006.



<b>FORÇA DE TRABALHO 2009</b>	
<b>SITUAÇÃO EM 31/12/2009</b>	
<b>SERVIDORES ATIVOS</b>	
<b>SITUAÇÃO FUNCIONAL</b>	<b>CJF</b>
Servidores Ativos (+)	179
Servidores Cedidos (-)	13
Servidores Cedidos Removidos (-)	8
Servidores em Licença sem Vencimentos (-)	2
Servidores Requisitados (+)	42
Servidores Requisitados Removidos (+)	5
Servidores no Órgão em Lotação Prov. (+)	1
Ocupantes do Órgão em Lotação Prov. (-)	0
Magistrados Convocados (+)	2
Ocupantes de CJ sem Vínculo (+)	15
<b>TOTAL</b>	<b>221</b>

<b>SERVIDORES INATIVOS</b>	
<b>SITUAÇÃO FUNCIONAL</b>	<b>CJF</b>
Servidores Inativos (+)	14
Pensões Estatutárias (+)	4
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

Verificou-se na unidade gestora a observância dos aspectos legais referentes à admissão, remuneração, cessão, requisição de pessoal, concessão de aposentadoria e pensão, conforme dispositivos legais abaixo:

- **ADMISSÃO:** Constituição Federal, Leis nº 8.112/1990 e 11.416/2006;
- **REMUNERAÇÃO:** Constituição Federal e Lei nº 11.416/2006;
- **CESSÃO:** Lei nº 8.112/1990;
- **REQUISIÇÃO:** Lei nº 8.112/1990;
- **CONCESSÃO DE APOSENTADORIA:** Constituição Federal, Emendas Constitucionais nº 41/2003 e 47/2005, e Leis nº 8.112/1990 e 10.887/2004;
- **CONCESSÃO DE PENSÃO:** Constituição Federal, Emendas Constitucionais nº 41/2003 e 47/2005; e Leis nº 8.112/1990 e 10.887/2004;
- **REDISTRIBUIÇÃO:** Lei nº 8.112/90.



**7 - Avaliação do cumprimento parcial ou total, pela UJ das Determinações e Recomendações expedidas pelo TCU e pelo Órgão de CI, analisando as eventuais justificativas do gestor para o descumprimento e as providências adotadas:**

Os acórdãos com as determinações do TCU e respectivas sínteses dos resultados obtidos estão relacionados no Relatório de Gestão - RG, às fls. 82/88. O Controle Interno do CJF acompanhará durante o exercício de 2010, o atendimento das recomendações que não puderam ser adotadas em 2009, em especial, a que depende de modificação no SIAFI (Ac. 1.276/2008-P/TCU, fls. 83 do RG) e a que aguarda o julgamento de recurso contra a decisão do TCU (Ac. 10/2009-P/TCU, fls.84 do RG).

**8 - Avaliação da execução dos projetos e programas financiados com recursos externos quanto aos aspectos de regularidade e desempenho, bem como análise crítica dos resultados alcançados nos projetos, devendo contemplar os objetivos e metas previstos vs. Realizados:**

Não houve a celebração ou execução de projetos e programas financiados com recursos externos.

**9 - Avaliar se a UJ tinha capacidade de intervir previamente sobre as causas que ensejaram a ocorrência de passivos sem a consequente previsão orçamentária de créditos ou de recursos, bem como as medidas adotadas para a gestão desse passivo:**

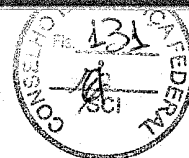
Não houve ocorrências no período.

**10 - Avaliação quanto à conformidade da inscrição de Restos a Pagar no exercício de referência, nos termos do artigo 35, do decreto 93.872/96 e do decreto 6752/2009, ou legislação que os altere:**

Os valores inscritos em Restos a Pagar guardam conformidade com a legislação pertinente.

**11 - Avaliação do cumprimento das normas legais e regulamentares relativas à aprovação, à fiscalização da execução e ao controle de projetos financiados pelos fundos, por parte do órgão ou entidade supervisora e do banco operador.**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.



- 12 - Falhas e irregularidades constatadas que não resultaram em dano ou prejuízo e que ainda não tenham sido corrigidas pelo gestor ou cujas justificativas não tenham sido acatadas, indicando os responsáveis e fazendo constar avaliação conclusiva:**

Não houve a constatação de falhas e irregularidades não corrigidas pelo gestor ou cujas justificativas não tenham sido acatadas.

- 13 - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo, verificadas por meio da auditoria de gestão e suportadas por evidências devidamente caracterizadas, indicando os atos de gestão ilegais, ilegítimos ou antieconômicos, os responsáveis, o valor do débito e as medidas implementadas com vistas à correição e ao pronto ressarcimento, conforme Quadro IV.A.2, acompanhada de avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis:**

Não houve a constatação de falhas e irregularidades que tenham resultado em dano ou prejuízo, indicativas de atos de gestão ilegal, ilegítimos ou antieconômicos.

- 14 - Avaliação individualizada e conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis sobre as irregularidades constantes do relatório de auditoria de gestão.**

O presente Relatório contempla as avaliações da atuação da gestão nos temas abordados e houve a comprovação do atendimento aos princípios constitucionais e administrativos da boa gestão dos recursos públicos pelos gestores deste Conselho, em face disso não houve a constatação, no relatório de auditoria de gestão, de falhas ou irregularidades que resultaram ou não em danos e prejuízos ao erário.

- 15 - Avaliação quanto à objetividade dos critérios adotados para a aferição da qualificação técnica e capacidade operacional para o chamamento público de convenentes com entidades privadas sem fins lucrativos, conforme Art. 5º do Decreto 6.170/2007:**


Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

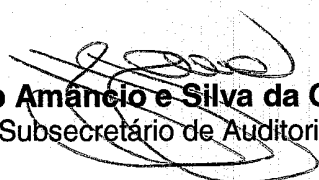


## CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados nos documentos comprobatórios, e considerando que no período compreendido pela presente Tomada de Contas, não se evidenciaram situações ou fatos que comprometessem a probidade da gestão, ou configurassem atos antieconômicos ou ilegítimos, concluímos que as contas dos agentes responsáveis desta unidade jurisdicionada encontram-se **REGULARES**, com vistas à emissão do competente Certificado de Auditoria.

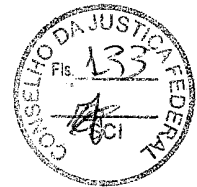
Brasília – DF, 21 de junho de 2010.

  
**João Alves Filho**  
Chefe da Seção de Auditoria de Gestão

  
**Kleb Amâncio e Silva da Gama**  
Subsecretário de Auditoria



CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



**ANEXO I**

**Relatório**

**da**

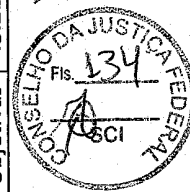
**Auditória de Gestão**

**Quadro de Amostra de Processos**

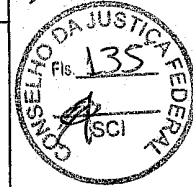
**de Licitações, Inexigibilidades e dispensa**

**Processo de Tomada de Contas  
2009**

N.	Processo	Motivo	Objeto	Valor (R\$)	Fundamentação	Razão Social	CNPJ
01	2009160077	Identificação dos agentes de segurança facilitando o reconhecimento	Aquisição de coletes, camisas gola polo e bonés	1.070,00	ART 24/02	PROROU PAS CONFECÇÕES LTDA - EPP	07.337.463/0001-75
02	2009160108	Utilização nos CDs e DVDs da biblioteca para inibir furtos	Aquisição de etiquetas magnéticas	2.646,00	ART 24/02	GATEWAY SECURITY LIBRARY & SOLUTIONS BIBLIOTECA & SOL. P. SEG. LTDA.	06.324.830/0001-50
03	2009160151	Atendimento às demandas de confecção de envelopes e outros não compatíveis com os serviços da gráfica CJF	Contratação de empresa especializada em serviços de corte e vinco	7.920,00	ART 24/02	MAXIMUS CORTE E VINCO GRÁFICOS LTDA-ME	05.687.655/0001-01
04	2009160212	Identificação de informações para a automatização dos processos de trabalhos com o intuito de uniformizar os sistemas informatizados - projeto SIGJUS.	Contratação de especialista para instrutoria e consultoria referente à apresentação orientada a serviços - SOA e na notação de processo de gerenciamento de negócios - BPMN	115.200,00	ART 25/02 c/c art. 13/VI	MENTHOR CONSULTORIA ORGANIZACIONAL, CAPACITACAO E EXPOR	05.812.075/000190
05	2009160244	Aquisição de novos conhecimentos e aprofundamento na operacionalização do SIAFI	Inscrição de servidor para treinamento	1.650,00	ART 24/02	Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP	00.398.099/0001-21
06	2009160249	Manutenção da biblioteca com periódicos que tratam de serviços mercadológicos	Assinatura da Revista Banas Qualidade	168,80	ART 24/02	Editorial Latina Serviços Mercadológicos Ltda.	04.339.838/0001-65
07	2009160250	Manutenção da biblioteca com periódicos que tratam de tema ambiental e criminal	Assinatura da Revista Brasileira de Direito Ambiental e Revista Criminal	2.875,20	ART 24/02	Editora Fiuza Ltda.	07.225.654/0001-62
08	2009160256	Manutenção da biblioteca	Assinatura da Revista	465,55	ART 24/02	IOB Informações Objetivas	43.217.850/0001-59

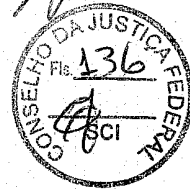


09	2009160257	com periódicos que tratam de arbitragem	Brasileira de Arbitragem				Publicações Jurídicas Ltda.	01.619.385/0001-32
		Manutenção da biblioteca com periódicos que tratam de temas de gestão empresarial	Assinatura da Revista HSM	219,00	ART 24/02		HSM do Brasil LTDA.	
10	2009160258	Manutenção da biblioteca com periódicos que tratam de temas empresariais	Assinatura da Revista de Direito Empresarial	170,09	ART 24/02		Juruá Editora Ltda.	77.535.508/0001-19
11	2009160264	Manutenção da biblioteca com periódicos que tratam de temas jurídicos	Assinatura da Revista Jurídica Empresarial	1.080,00	ART 24/02		NOTADEZ INFORMAÇÃO LTDA.	02.841.221/0001-18
12	2009160294	Aquisição de conhecimento sobre mudanças no Código de Processo Civil	Inscrição de servidor para treinamento	680,00	ART 24/02		Fundação Getulio Vargas	33.641.663/0001-44
13	2009160319	Atualização de conhecimento na área de comunicação social no encontro de assessores	Contratação de especialista para ministrar Mini Curso	2.600,00	ART 24/02		Jorge Antonio Menna Duarte	386.043.530-20
14	2009160352	Atualização de informação	Assinatura do jornal Correio Braziliense	593,04	ART 24/02		S/A Correio Braziliense	00.001.172/0001-80
15	2009160407	Utilização na embaladora para agilizar os serviços de envelopamento e expedição de publicações	Aquisição de laminado de polietileno	2.995,00	ART 24/02		EMPAC Agroindustrial de Plásticos Ltda.	36.770.055/0001-28
16	2009160411	Aquisição de conhecimento para aplicação em pesquisas de opinião e avaliação de produtos de comunicação social	Inscrição de servidor para treinamento	830,00	ART 24/02		ABERJE/ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	43.147.693/0001-52
17	2009160418	Aprofundamento de conhecimentos de fundo teórico para atendimento ao projeto saúde e trabalho	Inscrição de servidor para treinamento	467,00	ART 24/02		Três Poderes Serviços Profissionais LTDA.	09.525.019/0001-26





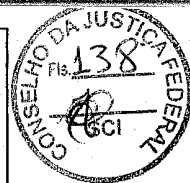
18	2009160427	e ao programa de aconselhamento funcional	Atualização de informação	Assinatura do jornal Correio Braziliense	593,04	ART 24/02	S/A Correio Braziliense	00.001.172/0001-80
19	2009160430	Manutenção da biblioteca com periódicos que tratam de temas de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro	Assinatura da Revista Direito Industrial, Econômico e Financeiro	1.445,00	ART 24/02	Edson Bonfim Soares Livros - ME	04.462.732/0001-88	
20	2009160447	Manutenção dos equipamentos de prevenção e combate a incêndio	Contratação de serviço de recarga de extintor	1.692,00	ART 24/02	Comando Extintor LTDA	04.985.849/0001-12	
21	2009160448	Manutenção da biblioteca com periódicos que tratam de temas de direito civil constitucional	Assinatura da Revista Brasileira de Direito Civil Constitucional	540,00	ART 24/02	Editora Fluza Ltda.	07.225.654/0001-62	
22	2009160481	Suporte e manutenção dos crachás devidamente visíveis	Aquisição de porta crachá retrátil	1.305,00	ART 24/02	OBJETIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM CONSTRUÇÃO LTDA.	09.627.040/0001-32	
23	2009160496	Aquisição de conhecimentos básicos, aos servidores sem formação jurídica, em direito e na estrutura, funcionamento e competência da Justiça Federal	Contratação de especialista para instrutoria no curso on line de Introdução ao Direito, Estrutura e Competência da Justiça Federal	24.489,60	ART 25/02	JOAO BATISTA LAZZARI	443.396.900-15	
24	2009160497	Atendimento aos planos de capacitação instituídos no âmbito da Justiça Federal para qualificação dos instrutores em educação a distância	Contratação de especialista para prestar serviços de educação on line: curso e estágio em qualificação profissional	33.000,00	ART 25/02	AQUIFOLIUM CONSULTORIA LTDA	01870109/000142	
25	2009160498	Manutenção da biblioteca	Assinatura de periódico	2.684,91	ART 24/02	IOB Informações Objetivas	43.217.850/0001-59	



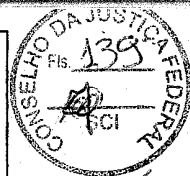
	com periódicos que tratam de temas jurídicos	IOB online jurídico corporativo				Publicações Jurídicas Ltda.	
26	2009160501 Atualização nas principais técnicas de pesquisas utilizadas nas pesquisas sócio-jurídicas	Inscrição de servidor para treinamento	790,00	ART 24/02		Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	26.989.137/0001-04
27	2009160509 Aquisição de conhecimento para utilização da lógica no processo de tomada de decisão	Contratação de especialista instrutoria no curso de lógica e processo decisório	21.000,00	ART 25/02		INSIGHT RECURSOS HUMANOS LTDA	01.212.900/000165
28	2009160542 Atendimento aos planos de capacitação instituídos no âmbito da Justiça Federal para implementação do programa de gestão de pessoas por competência	Contratação de especialista instrutoria e consultoria em gestão de pessoas por competência	39.000,00	ART 25/02		STUDIO IDEIAS CONSULTORIA E SERVICOS EM EDUCACAO CORPO	06.982.338/000172
29	2009160681 Manutenção da biblioteca com periódicos que tratam de temas jurídicos	Renovação de assinatura da base de dados <i>Legal Collection</i>	13.270,64	ART 25/01		EBSCO BRASIL LTDA	42.356.782/000146
30	2009160750 Atendimento aos planos de capacitação instituídos no âmbito da Justiça Federal para alinhar as novas práticas e adotar técnicas mais efetivas de educação para atendimento à demanda	Contratação de especialista instrutoria no curso de metodologia de ensino-aprendizagem baseada em problemas	59.940,00			MENNIN CONSULTORIA EM SAUDE LTDA.	07.189.529/000144
31	2007164791 2009160040 2009160751 Construção do edifício sede do Conselho da Justiça Federal	Termo aditivo para reajuste anual Prorrogação da vigência do contrato	27.489.203,49	ART 25/02		Paulo Octavio Investimentos Imobiliários Ltda.	00.475.251/000122
32	2009160464 Uniformizar e integrar os	Contratação de solução	39.990.000,00	Lei 10.520/2002		Politec Tecnologia da	01.645.738/000179



		sistemas de recursos humanos que não atendem às necessidades da Justiça Federal em termos das modernas técnicas de gestão de pessoas.	integrada e centralizada de gestão de pessoas para a Justiça Federal		c/c art. 11, Dec. 3.555/2000	Informação S/A	
33	2009161141	Criação de um ambiente, no edifício sede em construção, capaz de garantir o funcionamento ininterrupto da rede e a segurança, confidencialidade e integridade das informações de maneira compartilhada e interativa para atender toda a Justiça Federal no Brasil	Aquisição de sala cofre	2.900.000,00	ART 25/01	Aceco TI Ltda.	43.209.436/000106
34	2009160642	Manutenção e suporte aos produtos e tecnologia Oracle	Contratação de empresa para suporte a produtos e tecnologia Oracle	379.720,00	Lei 10.520/2002	Unimix Tecnologia Ltda.	37.979.531/000188
35	2009160109	Auxílio na construção e manutenção de soluções	Fornecimento, instalação, configuração de solução integrada por software	2.997.787,17	ART 22, I c/c art. 23, II, c	Cast Informática S/A	03.143.181/000100
36	2009160192	Auxílio nas atividades operacionais para realização de eventos como cursos, seminários, congressos e outros	Contratação de serviços de apoio à organização e realização de eventos	14.340,00	Lei 10520/2002	FJ Produções Ltda.	02.036.987/000102
37	2009160521	Manutenção corretiva e preventiva das máquinas gráficas para atendimento às demandas	Contratação de serviços de manutenção de máquinas gráficas	131.060,00	ART 25/01	Heidelberg do Brasil Sistemas Gráficos e Serviços Ltda.	02.531.128/000107



38	2009160565	Auxílio na operacionalização na prestação dos serviços de tecnologia da informação	Contratação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação	447.999,96	Lei n. 10.520/2002	Solução especializada serviços Ltda.	04.963.136/000158
39	2009160573	Ampliação do sistema de videoconferência para atendimento da demanda atual no que se refere às reuniões e similares entre os vários órgãos da Justiça Federal	Contratação de fornecimento de equipamentos para realização de sessões de videoconferência multiponto	827.000,00	Lei n. 10.520/2002	Seal Telecom Comércio e Serviços de Comunicações Ltda	58.619.404/000148
40	2009160637	Auxílio na produção e elaboração de programas de rádio e TV	Contratação para prestação de serviços especializados de produção de programas de rádio e TV	760.634,00 - 2009 2.191.902,03 - 2010	ART 24/VIII	Fundação Padre Anchieta Centro Paulista de Rádio e TV Educativas	61.914.891/000186
41	2009160676	Auxílio nas atividades operacionais para realização de eventos como cursos, seminários, congressos e outros	Contratação empresa especializada na prestação de apoio à organização de eventos	269.185,00 - 2010 21.500,00 - 2010	Lei 10.520/2002	Sun & Tour Viagens e Eventos Ltda. Graduart	06.878.596/000103 07.671.355/000151
42	2009160699	Atualização e manutenção de licenças do sistema gerenciador de banco de dados	Contratação para atualização e manutenção de licenças do sistema gerenciador de banco de dados <i>Oracle Standard Edition</i>	4.721,78	ART 62, C/C ART 25, caput	Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	59.456.277/000338
43	2009160791	Aquisição de conhecimentos para realizar contratações na área de tecnologia da informação	Inscrição de servidor para treinamento	1.950,00	ART 24/02	Elo Consultoria Empresarial e produção de eventos Ltda.	00.714.403/000100
44	2009160838	Confecção do material gráfico como livros,	Contratação de serviços de confecção de fotolitos	41.000,00	Lei 10.520/2002	Photo Image Gráfica e Fotolito Ltda - ME	03.325.541/000188



45	2009161094	revistas, folders, cartazes, pastas entre outros	Aprimoramento nos serviços de rede de dados e voz	Aquisição de solução de infraestrutura de rede de dados e voz	2.418.194,00 1.053.000,00 395.000,00 331.999,92			Redisul Informática Ltda. Ish Tecnologia Ltda. Soluti Comércio Serviços de Informática Ltda. EPP Vertex redes e telecomunicações Ltda.	78.931.474/000144 01.707.536/000104 10.788.469/000190 26.472.027/000170
46	2009161244	Manutenção da biblioteca com periódicos que tratam de direito empresarial, comercial e do consumidor	Assinatura da Revista Magister de Direito Empresarial, Comercial e do Consumidor		1.000,00	ART 24/02		Editora Magister Ltda.	92.703.453/000100
47	2009161347	Aquisição de conhecimento das melhores práticas em gerenciamento de serviços de tecnologia da informação	Contratação de especialista para instrutoria curso ITIL – Information Technology Infrastructure Library		19.440,00			BSM Brasil Consultoria Empresarial Ltda.	09.400.893/000137





CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



**ANEXO II**

**Relatório**

**Auditória de Gestão**

**Quadro de Cargos em Comissão**

**Funções Comissionadas**

**Força de trabalho**

**Processo de Tomada de Contas  
2009**

2009

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

NÍVEL DO CJ OU DA FC	QUANTITATIVO DE CJ OU FC			CARGOS E FUNÇÕES PROVIDOS POR SERVIDORES				N° DE OPTANTES	
	EXISTENTES	PROVIDOS	VAGOS	DA CARREIRA		REQUISI- TADOS DE OUTRAS CARREIRAS	SEM VINCULO	CARGO EFETIVO	CJ OU FC
				DO QUADRO	REQUISI- TADOS				
CJ-4	1	1	0	1	0	0	0	1	0
CJ-3	14	13	1	6	4	0	3	10	3
CJ-2	18	17	1	11	5	0	1	16	1
CJ-1	34	34	0	18	4	1	11	23	11
SUBTOTAL	67	65	2	36	13	1	15	50	15
FC-6	66	65	1	51	11	3	0	63	2
FC-5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FC-4	23	23	0	15	8	0	0	23	0
FC-3	20	19	1	16	3	0	0	19	0
FC-2	19	17	2	8	8	1	0	17	0
FC-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL	128	124	4	90	30	4	0	122	2
TOTAL GERAL	195	189	6	126	43	5	15	172	17

CJ	PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DE CJ OU FC POR SERVIDOR (*)		
	DA CARREIRA		SEM VINCULO
	DO QUADRO	REQUISI- TADOS DE OUTRAS CARREIRAS	
	55%	20%	23%
	75%		
FC	73%	24%	0%
	97%		
TOTAL DE FC OU CJ	67%	23%	8%
	89%		

(\*) OBS: OS PERCENTUAIS SÃO COM BASE NOS CARGOS PROVIDOS



*Ima*  
Ima *Benedita* Benedita de Sousa  
Chefe da Seção de Cadastro, Provimento e  
Vacância



**ANEXO II**  
**FORÇA DE TRABALHO 2009**

SITUAÇÃO EM 31/12/2009

<b>SERVIDORES ATIVOS</b>	
<b>SITUAÇÃO FUNCIONAL</b>	<b>CJF</b>
Servidores Ativos (+)	179
Servidores Cedidos (-)	13
Servidores Cedidos Removidos (-)	8
Servidores em Licença sem Vencimentos (-)	2
Servidores Requisitados (+)	42
Servidores Requisitados Removidos (+)	5
Servidores no Órgão em Lotação Prov. (+)	1
Ocupantes do Órgão em Lotação Prov. (-)	0
Magistrados Convocados (+)	2
Ocupantes de FC sem Vínculo (+)	15
<b>TOTAL</b>	<b>221</b>

<b>SERVIDORES INATIVOS</b>	
<b>SITUAÇÃO FUNCIONAL</b>	<b>CJF</b>
Servidores Inativos (+)	14
Pensões Estatutárias (+)	4
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

  
Imaculada Bezerra de Sousa  
Chefe da Seção de Cadastro, Provimento e  
Vacância



